

Evolução dos sistemas de produção agrícola após participação em uma política pública

Evolution of agricultural production systems after participation in public policy



ISSN 2358-7180

Maikon Jordani de Araujo¹, Divanilde Guerra², Iran Carlos Lovis Trentin³, Vanderlei Franck Thies⁴, Danni Maisa da Silva⁵, Scheila Andrieli Silveira Bonnes⁶

RESUMO

A agricultura familiar é muito importante na produção dos alimentos consumidos pelos brasileiros. Devido a isso se faz necessário a implementação de políticas públicas que visem a gestão sustentável das propriedades. O presente trabalho teve como objetivo avaliar a evolução dos sistemas de produção após a participação dos agricultores no programa “Gestão sustentável da agricultura familiar” em um município da região Noroeste do Rio Grande do Sul. O trabalho foi desenvolvido através de aplicação de entrevista semiestruturada às famílias de agricultores participantes do programa. As questões tiveram como objetivo analisar a situação anterior e o efeito posterior ao desenvolvimento da política. Como resultados observou-se que a participação na política pública permitiu a diversificação das atividades, bem como a efetivação do uso de planilhas de custo. Os participantes consideraram a política satisfatória, além de recomendarem a implementação desta em outras propriedades. Portanto, políticas públicas de extensão são fundamentais para a diversificação das atividades e controle dos custos de produção nas propriedades de agricultura familiar.

Palavras-chave: Extensão Rural. Agricultura Familiar. Gestão sustentável.

ABSTRACT

Family farming is very important in the production of food consumed by Brazilians. Because of this, it is necessary to implement public policies aimed at the sustainable management of properties. The present work aimed to evaluate the acceptance and evolution in the production systems after the participation of farmers in a program called "Sustainable management of family farming" in a municipality in the Northwest region of Rio Grande do Sul. The work was developed through application semi-structured interview with the families of farmers participating in the program. The questions aim to verify the previous situation and the effect after the development of the policy. As a result, it was observed that

¹ Engenheiro Agrônomo. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Três Passos, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: maikonaraujo2010@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5308-4389>

² Engenheira Agrônoma. Professora Adjunta. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Três Passos, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: divanilde-guerra@uergs.edu.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5136-2763>

³ Geógrafo. Professor Adjunto. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Soledade, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: iran-trentin@uergs.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3794-4246>

⁴ Engenheiro Agrônomo. Professor Horista. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Erechim/Pontão, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: vfct3@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0647-1906>

⁵ Engenheira Agrônoma. Professora Adjunta. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Três Passos, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: danni-silva@uergs.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3600-0462>

⁶ Acadêmica do curso de Bacharelado em Agronomia. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Três Passos, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: scheilabones@outlook.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0698-8980>

participation in public policy allowed the diversification of activities, as well as the effective use of cost spreadsheets. The participants considered the policy satisfactory, in addition to recommending its implementation in other properties. Therefore, public extension policies are fundamental for diversifying activities and controlling production costs on family farms.

Keywords: Rural extension. Family farming. Sustainable management.

INTRODUÇÃO

A partir de 1960 foram adotadas novas técnicas de produção agrícola no mundo, conhecida como Revolução Verde, cujo principal objetivo era o aumento da produtividade com o uso de insumos químicos e variedades geneticamente melhoradas. Esse processo foi acompanhado de uma mecanização das técnicas, além da homogeneização do campo com grandes áreas de monoculturas. Como resultado deste processo pode-se observar o êxodo rural e a redução ou o não cultivo de vários alimentos que eram propagados pelos agricultores e suas famílias, os quais faziam parte da dieta alimentar das comunidades, comprometendo a segurança e a soberania alimentar destas (BALSAN, 2006; SILVA DE JESUS e OMATTI, 2017). Ainda, no meio rural, o modelo econômico orientador a partir da metade dos anos de 1960 se baseou na modernização da agricultura através de promoção de cultivos para exportação (monocultivos) com alta utilização de insumos externos e de créditos subsidiados para as multinacionais (TRENTIN, 2015).

Este sistema de produção leva a insegurança alimentar e nutricional, que é um impeditivo para a concretização do direito humano à alimentação adequada. Isto pode estar ligado à disponibilidade, ao acesso, ao consumo, à produção, à utilização biológica dos alimentos e às questões sociais e políticas econômicas, que expressam os problemas alimentares atuais existentes no mundo (GUERRA *et al.* 2019).

A população mundial tende a continuar aumentando nos próximos anos, e como grande parte dos estabelecimentos rurais brasileiros são de agricultores familiares, com forte influência no PIB nacional (Produto Interno Bruto), ações de assistência técnica para promover o desenvolvimento rural, devem ser prioridade no atendimento rural, a fim de ampliar e diversificar os sistemas de produção (TRENTIN, 2015).

No Rio Grande do Sul a EMATER/RS-ASCAR, conforme a lei de ATERs 14.245/2013, cumpre papel importante no acompanhamento dos agricultores e pecuaristas familiares em todos os municípios gaúchos, sendo que um dos princípios

problemas enfrentados pelos agricultores familiares no estado é a gestão das propriedades rurais. Segundo Oliveira *et al.* (2017) é de suma importância a presença física dos escritórios da Emater nos estados, porque garante a presença do técnico assistente ou extensionista, elaborando e acompanhando os projetos de financiamento rural. Conforme Souza (2006) as políticas públicas são um campo do conhecimento em que se busca ao mesmo tempo, colocar determinado governo em ação ou analisar esta ação, e quando se fizer necessário mudar o curso destas ações.

Para dar suporte ao trabalho da Emater, algumas políticas públicas são implementadas a fim de fortalecer ainda mais a ação dos agentes. A Política Pública “Gestão Sustentável na Agricultura” (2016) desenvolvida pela EMATER/RS-ASCAR é uma destas políticas. A mesma busca promover a gestão ambiental, social e econômica nas unidades familiares selecionadas pelo programa, objetivando um desenvolvimento sustentável, incorporando a gestão integral da propriedade rural, incentivando os jovens, além de promover a autonomia das mulheres no meio rural. Segundo Caporal (1991) a educação na perspectiva extensionista, é um instrumento de mudanças cujo profissional da área desperta nos produtores rurais a necessidade de mudança, para um novo segmento ou caminho a ser seguido, quando ocorre a indicação de tecnologias agropecuárias e gerenciais que devem utilizar para suprir suas novas necessidades.

Segundo Castro e Pereira (2017) o profissional extensionista tem como função levar o conhecimento das diversas áreas aos produtores, para orientar os agricultores atendidos sobre como utilizar as práticas e técnicas mais eficientes na produção agropecuária. Enquanto o empresário rural precisa ter detalhado conhecimento sobre as características físicas, químicas, biológicas e também da topografia de sua unidade produtiva: a terra. Também é necessário o conhecimento do clima para determinar as épocas de semeadura e plantio de culturas e pastagens. Outra característica importante no planejamento e gestão rural, é referente ao escoamento e comercialização dos produtos, pois grande parte deles são perecíveis (SILVA, 2009).

Diante da importância da agricultura familiar e das políticas públicas de assistência via agentes de Ater este trabalho teve como objetivo avaliar a evolução nos sistemas de produção, após a participação dos agricultores em um programa denominado “Gestão sustentável da agricultura familiar” em um município da região Noroeste do Rio Grande do Sul.

MATERIAL E MÉTODOS

Campo Novo situa-se na Microrregião Celeiro do Estado do Rio Grande do Sul (Região Noroeste Colonial), com Latitude: 27°40'03" e Longitude: 53°48'23". É composto por uma área de 222,1 km², com população de 5.809 habitantes, sendo 4.447 habitantes na área urbana e 1.362 habitantes na área Rural. A base da economia do município é o setor primário, principalmente a produção de grãos como a soja, milho e trigo, além de gado leiteiro, suinocultura e a produção de alimentos (economia familiar) (Prefeitura municipal de Campo Novo, 2020).

O programa foi instituído pelo Decreto N° 53.052, de 02 de junho de 2016 e publicado no Diário Oficial do Estado em 03 de junho de 2016, sob a coordenação da Secretaria do Desenvolvimento Regional e executado de forma integrada à Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Rio Grande do Sul - PEATERS - e ao Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social no Estado do Rio Grande do Sul – PROATERS.

A execução do programa “Gestão Sustentável da Agricultura Familiar” teve início no ano de 2016, sendo conduzido pelos serviços oficiais de assistência técnica e extensão rural do município do presente estudo, que contou com a participação dos integrantes de 22 famílias, os quais foram contemplados com a realização desta ação extensionista. As etapas iniciais do Programa, consistiram na mobilização, seleção das famílias, diagnóstico da unidade produtiva familiar e aplicação das ações previstas no programa pelos agentes de Ater.

Para a condução deste trabalho, foram realizadas entrevistas com a equipe de assistência técnica e extensão rural do município para a identificação das famílias integrantes do projeto. Posteriormente, 50% das famílias (11) foram selecionadas através de um sorteio, e entrevistadas a fim de se realizar um diagnóstico que abordou as principais características do processo de produção antes e após a implantação da política pública. Para tal, foram elaboradas e aplicadas questões sobre: o número de integrantes na família; sexo; idade e escolaridade.

Quanto ao quesito de diagnóstico e caracterização do módulo familiar as questões abordadas foram: área da propriedade; se é própria ou arrendada; principais atividades desenvolvidas; e o que produzia antes e depois da implantação da política pública.

Para a caracterização da política pública, alguns aspectos foram abordados, tais como: de que forma ficou sabendo da política; qual foi o grau de satisfação da família com o projeto; se recomendariam a participação de outras famílias no projeto com base na experiência obtida; se o projeto auxiliou efetivamente na gestão da propriedade; quais foram as principais mudanças que ocorreram no estabelecimento familiar após a participação na política e as perspectivas futuras em relação a propriedade.

Após, os dados foram tabulados, organizados em gráficos e tabelas para análise e discussão dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Onze famílias participantes do programa “Gestão Sustentável da Agricultura Familiar” foram entrevistadas. A caracterização das famílias pode ser visualizada na Tabela 1.

Tabela 1 - Descrição das propriedades entrevistadas

Propriedade agrícola familiar	Nº componentes da família	Gênero do responsável	Idade do responsável pela propriedade	Escolaridade do responsável pela propriedade
1	3	Feminino	28	E.M.C.
2	4	Masculino	42	E.M.C.
3	4	Masculino	27	E.M.C.
4	3	Feminino	40	E.M.I.
5	4	Feminino	40	E.F.I.
6	3	Masculino	47	E.F.C.
7	3	Masculino	27	E.M.C.
8	5	Masculino	52	E.F.I.
9	4	Feminino	42	E.F.I.
10	4	Masculino	59	E.F.I.
11	4	Masculino	60	E.F.I.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EFC – Ensino Fundamental Completo; EMI – Ensino Médio Incompleto; EMC – Ensino Médio Completo.

Fonte: Autores (2019).

Um fator de destaque no diagnóstico do público participante da política pública em estudo foi a presença das mulheres. Embora os proprietários homens sejam a maioria, as mulheres ocupam o seu espaço no meio rural, já que das 11 famílias participantes,

quatro possuem mulheres como titulares na execução do projeto (36%) (Tabela 1). Segundo Heredia (2006) os movimentos organizados pelas mulheres do rural desde os anos 80, auxiliaram a mulher a ter seu papel reconhecido no campo, como a inclusão de políticas públicas voltadas para as mulheres, evidenciando maior participação nas atividades agrícolas e aumentando a qualidade de vida das agricultoras.

Ainda, neste estudo, observou-se que parte da diversidade de espécies das propriedades é mantida, ou mesmo, foi resgatada pelas mulheres. Estes resultados corroboram aos observados por Trentin e Torrejon (2014) que destacam que na América Latina, especialmente na parte central, as agricultoras familiares são responsáveis pela manutenção de sementes de milho, tomates, tabaco, dentre outros, já nos Andes são responsáveis pela recuperação e manutenção de sementes de feijões e batatas. Na Ásia são responsáveis pela manutenção de grandes variedades de arroz crioulos e animais. Na África são elas que fazem a agricultura familiar florescer. E no Sul do Brasil e Nordeste são as agricultoras familiares que ao longo do tempo preservaram as sementes e os hábitos e costumes de cozinhar e preparar vários tipos de alimentos saudáveis.

Destaca-se ainda, que a mulher exerce um papel importante na garantia da segurança alimentar da família, pois é ela quem planta ao redor de casa para o consumo, além de comercializar o excedente. Elas destacaram ao serem entrevistadas que estão à frente das atividades da horta, e junto com os homens, nas atividades relacionadas a lavoura, além de executarem atividades relacionadas ao manejo dos recursos naturais e conservação da biodiversidade, como a troca de sementes com suas vizinhas. Informações estas que estão de acordo ao que foi relatado por Ferreira (2016), o qual destaca o importante papel do gênero feminino nas atividades agrícolas e como guardiãs da biodiversidade.

As famílias são compostas por três a cinco indivíduos e nestas, o fator escolaridade merece destaque quando comparado ao fator idade, pois notou-se que 27,27% do público constituinte das famílias eram jovens e que permaneceram na propriedade. Estes foram influenciados a concluir os estudos de Ensino Médio, bem como incentivados pelos familiares a continuarem buscando conhecimento através de cursos de qualificação (Tabela 1). Estas informações corroboram com os dados do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019)*, onde nos últimos anos ocorreu um aumento no número de agricultores que concluíram o ensino médio. Bem como uma correlação positiva desta informação com os índices de produtividade das lavouras, ou seja, a

produtividade agrícola tem aumentado em regiões com melhores índices educacionais (TRENTIN, 2015).

Neste estudo observou-se também que quanto maior a idade dos agricultores, menor é o índice de escolaridade (Tabela 1). Resultados semelhantes foram obtidos por Fonseca (2018) que inferem que os agricultores familiares têm um nível de escolaridade mais baixo, principalmente quanto maior for a sua faixa etária, pois para essas pessoas antigamente a preocupação maior era com o sustento da família, e para muitos o estudo era algo secundário. Segundo Trentin (2014) nas últimas décadas, com o aumento significativo da oferta de ensino superior e tecnológico, nas mais diferentes regiões do país, um número considerável de jovens rurais está tendo acesso ao ensino próximo das suas residências. Isso faz com que esses jovens rurais busquem maior qualificação e possam seguir desempenhando em suas comunidades e propriedades os ensinamentos adquiridos nas universidades e institutos tecnológicos, ajudando por exemplo, na gestão e administração dos sistemas de produção.

Dentre as propriedades analisadas nenhuma realiza o arrendamento de áreas e não excede ao valor de quatro módulos fiscais, ou seja, 80 hectares para o município em estudo, além de atender aos demais parâmetros estabelecidos na LEI nº 12.512 de 2011, sendo todas caracterizadas como de agricultura familiar (Tabela 2).

Tabela 2- Descrição das áreas das propriedades em hectares

Propriedade	Área Própria (ha)
1	10
2	8
3	15
4	80
5	80
6	12
7	12
8	40
9	13
10	15
11	8

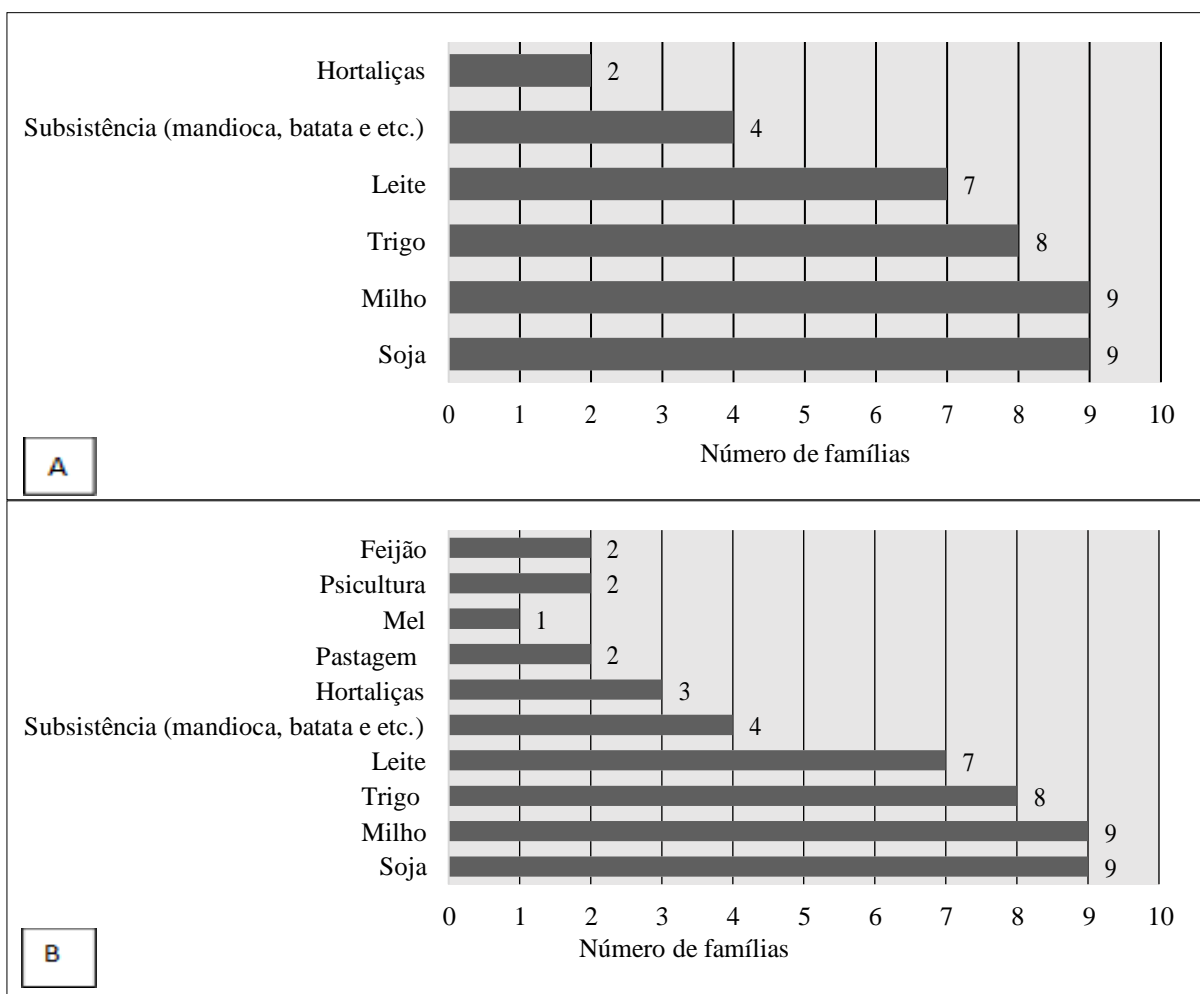
Fonte: Fonte: Autores (2019).

Neste estudo, o tamanho das propriedades variou de 8 a 80 ha (Tabela 2). Nestas, estão contidas as áreas de reserva legal e Áreas de Preservação Permanente (APPs), além das áreas de produção, cabendo destacar que 72,73% das propriedades possuem área inferior a um módulo fiscal.

Os resultados obtidos através da avaliação das atividades agrícolas desenvolvidas nas propriedades, antes e após a execução do programa, permitem destacar os sistemas agrícolas e pecuários (Figura 1).

As culturas de trigo, milho e soja, além da produção de leite não sofreram alterações antes e após a execução da política pública. Contudo, a apicultura e a piscicultura, o cultivo de pastagens e a produção de feijão e hortaliças foram inseridas como sistemas de produção nas propriedades entrevistadas (Figuras 1 A e 1 B). Conforme Barbosa *et al.* (2016) a agricultura sofre constantes ameaças devido a intemperes climáticos, e a diversificação de culturas permite maior segurança ao agricultor, além da geração de renda promovendo a qualidade de vida no meio que está inserida.

Figura 1 - Produção de alimentos pelas famílias antes (A) e depois da implantação da política pública (B)



Fonte: Autores (2019).

Segundo relatos dos produtores, a inserção da apicultura e produção de hortaliças nos sistemas de produção está associada a renda extra das atividades, bem como, por contarem com um comércio garantido em agroindústrias locais. Conforme Both (2008) a produção de mel pode acrescentar até 30% na renda das famílias. Já na horticultura, em trabalho desenvolvido por Barbosa *et al.* (2016) estes destacam que há relatos de que a produção de hortaliças pode gerar um incremento de até 80% na renda mensal da propriedade. Ainda, segundo os autores, para o produtor que opta pela diversificação, o clima é um fator que não interfere muito na produção de hortaliças, pois há tecnologias e manejos que inibem as ações climáticas. Conforme afirmam Rathmann *et al.* (2008) os movimentos a favor da diversificação e fortalecimento da agricultura, independente se são oriundos de políticas públicas ou de outros movimentos, são desejáveis, desde que criem impactos positivos na qualidade de vida das famílias envolvidas. Ainda, para Barbosa *et al.* (2016) o produtor que trabalha com mais de uma cultura tem uma válvula de escape se a produção principal sofrer quedas no preço, ou o clima apresentar interferência, além da ampliação da renda da família, trabalhando como um complemento.

Neste estudo, constatou-se que as hortaliças são comercializadas através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que está interligado com a política pública em questão. Isso evidencia a importância da conexão entre as diferentes políticas públicas, nesse caso expressa pela articulação de uma ação de extensão rural com a política de acesso aos mercados, que são denominadas por Grisa e Schneider (2015) como as políticas públicas de terceira geração para a agricultura familiar. Conforme esses autores, essa geração de políticas se pauta em um referencial de construção de mercados para a segurança alimentar e na sustentabilidade ambiental.

Além do mercado já existente para a comercialização de hortaliças, os produtores justificaram que a ampliação ou escolha desta atividade está relacionada a uma possível abertura no futuro de uma agroindústria própria, a qual seria mais fácil e com menor burocracia quando comparada a agroindústrias com produtos de origem animal. Conforme Ribeiro *et al.* (2013) o grupo das hortaliças possui expressão por ser uma atividade já consolidada pelos agricultores familiares e pelo fato de exigir menores adequações aos padrões de certificação, ao contrário do que acontece com produtos embutidos e panificados.

No presente trabalho, todos os participantes confirmaram que ficaram sabendo do projeto através dos agentes de assistência técnica e extensão rural do município do estudo. Conforme relato pessoal dos agentes de Ater, estes, além do serviço de assistência técnica, atuam na divulgação dos novos projetos, identificação do público alvo, inscrição/seleção dos participantes e condução das atividades. Este resultado corrobora com o que é proposto por Peixoto (2008) que salienta que a extensão rural pode ser conceituada de três formas diferentes: como processo, como instituição e como política; processo significaria o ato de levar e estender a informação até o receptor final; instituição, pois pode ser caracterizada como o órgão que presta o serviço; e como política, a qual se caracteriza pelo modelo adotado pelo país e as estruturas constitucionais que se consolidam.

Durante a pesquisa, os entrevistados relataram também que a política pública “Gestão Sustentável da Agricultura Familiar” permitiu a confecção de planilhas com metas a serem atingidas. Segundo os mesmos, estes não pouparam esforços para atingi-las. As mudanças positivas observadas na maioria das propriedades estão descritas na Tabela 3.

Tabela 3- Principais mudanças que ocorreram nas propriedades após a execução da política pública

Mudanças positivas que ocorreram na propriedade
1- Cálculo de custos.
2- Planejamento das decisões a serem efetuadas.
3- Manejo cultural das hortaliças e implantação de novas mudas.
4- Melhor controle e organização da propriedade.
5- Corte de gastos através dos cálculos de custos.
6- Implementação de alguns setores com irrigação das pastagens.
7- Integração entre os vizinhos e extensionistas.

Fonte: Autores (2019).

A maioria dos produtores destacou que as principais metas para atingir os objetivos almejados eram a diversificação da produção, melhoria no planejamento das áreas da propriedade e análise do custo de produção. Neste contexto, Santos *et al.* (2002) considera a análise econômica, ou seja, o custo de produção, uma importante ferramenta

nas propriedades, a qual é muitas vezes desconhecida dos produtores, sendo este um ponto chave ou um dos fatores críticos na cadeia produtiva, pois estas informações são indispensáveis para a tomada de decisão. Os empreendimentos que não apresentam um controle de seus orçamentos e custos apresentam um certo risco e dificuldades iminentes entre eles: desconhecimento de resultados dos negócios (lucro por atividade e custo de produção, etc.), podendo levar a inadimplência na propriedade, através de investimentos desnecessários, facilidade de endividamento e perda de ganhos extras com produtividade. Ainda, alguns dos fatores que indicam uma má gestão na propriedade e a necessidade de uma reestruturação, são: alto endividamento, descapitalização, aumento de custos financeiros, baixa margem de lucro, aumento de custos com insumos, e a falta de crédito (FLORES *et al.* 2006). Portanto, a confecção de planilhas de custos, sugerida e implementada neste projeto, foi fundamental para tentar garantir a rentabilidade econômica das propriedades rurais.

Segundo Mayer e Werlang (2017) o agricultor deve conhecer exatamente a quantidade e o custo de cada bem da propriedade, pois, alguns podem ser utilizados vários anos como os maquinários, entretanto outros, como insumos, desaparecem durante a sua utilização no ano agrícola. Em um estudo realizado por Vorpapel *et al.* (2015) observou-se que o controle realizado pelos produtores tem como objetivo principal obter os custos de produção e planejar o futuro das suas atividades, e que a gestão proporciona a redução dos custos, aumento do lucro e auxilia na tomada de decisões. Ainda, conforme Araújo (2013), o planejamento das atividades a serem executadas é um aspecto importante, pois, permite uma análise previa do que vai ser feito nos próximos dias, mantendo os integrantes da propriedade informados dos afazeres, além de se precaver de eventualidades indesejadas, como as climáticas.

Neste estudo, observou-se também a implementação de uma das metas de uma família participante, ou seja, a irrigação das pastagens. Esta família tem como principal fonte de renda a produção de gado de corte e leiteiro, e a efetividade desta meta, permitirá maior aproveitamento da área, gerando maior produção e segurança na propriedade, diminuindo a preocupação com déficit hídrico. Para Alencar *et al.* (2009) a irrigação é um importante fator para aumentar a produção e diminuir a dependência de fatores climáticos, podendo ainda aproveitar o sistema para fazer as adubações.

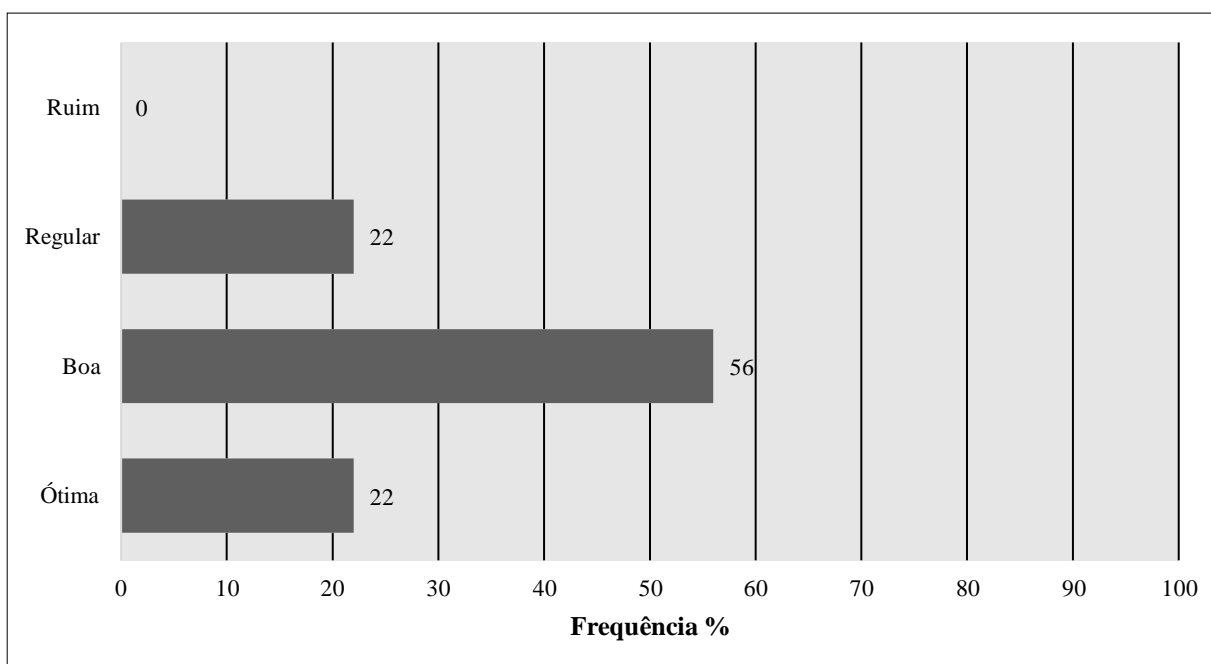
Além disso, observou-se a integração entre os vizinhos e os extensionistas. A participação dos vizinhos é muito importante, pois eles podem agir como influenciadores

em algumas ações na propriedade. Em estudo realizado por Mayer e Werlang (2017) se analisou o quanto contribuía a opinião dos vizinhos para a tomada de decisões dentro da propriedade, sendo que 37,0% apontaram que contribui ocasionalmente, 33,7% apontaram raramente, 14,3% apontaram que contribui frequentemente e 15,0% apontaram que não contribui.

Neste estudo, os produtores puderam se auto avaliar, com relação ao grau de satisfação da participação individual no projeto (Figura 2).

Na auto avaliação da sua participação no projeto 22% classificaram como ótima e 56% como boa (Figura 2). Estes resultados estão associados a evolução nos sistemas de produção em resposta ao manejo adotado a partir das ações de assistência técnica e extensão rural realizadas durante a execução da política pública. Destacaram ainda, que a participação no projeto permitiu melhorar a gestão das propriedades, principalmente com o uso da planilha de custos e controle de gastos. Fonseca (2018) aborda que a implementação da gestão de custos seria o primeiro passo para auxiliar os agricultores no processo da tomada de decisão na propriedade como um todo, pois, não há uma formação de preço pelo produtor, mas que o preço de seu produto ocorre com base no preço dos supermercados. Segundo Gura (2018) ter o conhecimento dos gastos da propriedade é um ponto favorável para a gestão da propriedade e tende ao fortalecimento e desenvolvimento dos estabelecimentos.

Figura 2 – Auto avaliação com relação ao grau de satisfação da participação individual no projeto.



Fonte: Autores (2019).

Um dos resultados observados neste estudo em relação ao uso da planilha de custos foi relatado por um dos produtores rurais, pois este identificou que apenas uma das atividades desenvolvidas na propriedade estava gerando lucros. Com base nos resultados obtidos, estes optaram, por ampliar a atividade mais rentável em detrimento das menos rentáveis. Para Fonseca (2018) um acúmulo demasiado de atividades na propriedade rural pode impossibilitar que o produtor tenha disposição para gerir seus custos de maneira mais profissional.

Contudo, 22% se auto avaliaram sua participação no programa como regular e estes atribuíram este resultado a não adaptação ao modelo proposto pela política (Figura 2). Para Brito *et al.* (2012), as instituições de assistência técnica e extensão rural têm um papel importante na execução de políticas públicas que beneficiam as famílias envolvidas, visando a contribuição para a promoção do agronegócio e do bem-estar da sociedade, com a prestação de serviço de qualidade auxiliando no desenvolvimento sustentável, contudo, nem sempre os objetivos são alcançados em função da grande diversidade de público a ser atingido. Manteli (2006) verificou que os extensionistas rurais brasileiros sofrem vários problemas na hora de realizar o seu serviço, sendo que o primeiro deles é o individualismo, desconfiança e falta de associações entre os produtores. O segundo principal problema está ligado a falta de mão-de-obra para conseguir cumprir

efetivamente o serviço, sendo que este é um dos principais problemas enfrentados no município, pois são muitas famílias a serem atendidas para poucos extensionistas. A terceira e não menos importante situação encontrada pelo autor é a resistência para a adoção as novas tecnologias.

Quando os participantes foram questionados se recomendariam ou não a participação de outras famílias neste projeto, todos, ou seja, 100% destacaram que recomendariam, visto que este trouxe resultados significativos para as propriedades, embora alguns tenham relatado satisfação parcial ao projeto.

Todas as famílias melhoraram sua visão com relação ao futuro e as principais perspectivas para o futuro das propriedades avaliadas estão descritas na Tabela 4.

Tabela 4- Perspectivas futuras das propriedades após a execução da política pública

Perspectivas futuras para a propriedade
1- Melhor condução das propriedades.
2- Melhor condução dos sistemas de produção.
3- Melhoria de implementos e de infraestrutura.
4- Ampliação de áreas de hortaliças
5- Organização da propriedade
6- Manutenção dos implementos.
7- Acompanhar a evolução da propriedade ao longo do tempo
8- Acompanhar as evoluções tecnológicas
9- Visão de ampliação e diversificação das atividades.

Fonte: Autores (2019).

Após a participação nesta política pública os produtores relataram ter muitas perspectivas para o futuro, as quais incluem a diversificação das atividades agrícolas, ampliação da renda e melhoria da qualidade de vida. Porém, conforme Mayer e Werlang (2017) para que o agricultor amplie suas chances de ser bem-sucedido a longo prazo na propriedade, este precisa conhecer bem sua propriedade, seus pontos fortes e seus pontos fracos, a fim de investir nas atividades mais viáveis e rentáveis.

CONCLUSÕES

Os resultados evidenciam que trinta e seis por cento dos titulares das propriedades são do gênero feminino, o que demonstra a densa presença da mulher no espaço rural. Além disso, o grau de escolaridade dos jovens é superior ao de pessoas com mais idade, evidenciando a busca de conhecimento pelos jovens e o maior acesso que estes têm tido ao sistema formal de educação nos anos mais recentes.

O programa analisado contribuiu na diversificação das atividades produtivas de algumas famílias, mas sua principal atuação foi introduzir na dinâmica de gestão das famílias agricultoras a adoção de planilhas de controle dos custos de produção. Estas planilhas foram efetivadas após a participação no referido programa e estão diretamente a ele relacionados, demonstrando a importância dessa política pública, pois a qualificação da gestão dos empreendimentos possui elevada capacidade para impulsionar futuras melhorias no conjunto das atividades dos estabelecimentos rurais.

Além disso, o êxito da política também se evidencia no fato do conjunto dos participantes recomendarem a participação de outros agricultores no programa, devido as melhorias percebidas em suas propriedades.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, C. A. B. et al. Irrigação de pastagem: atualidade e recomendações para uso e manejo. **Revista Brasileira Zootecnia**, Viçosa, v. 38, n. 2, p. 98-108, 2009.
- ARAÚJO, L. A. **Planejamento de propriedades rurais: livro didático** – Palhoça: UnisulVirtual, 2013.
- BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura Brasileira. **Revista Geografia Agrária**, Pernambuco, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2006.
- BARBOSA, P. J. F. et al. A importância da diversificação agrícola como complemento na renda familiar na região de Manhuaçu-MG. **Revista Científica Rural**, Bagé, v. 20, n. 35, p. 1-11, 2016.
- BOTH, J. P. C. L. **Mel na composição da renda em Unidades de Produção Familiar no Município de Capitão Poço, Pará, Brasil**. 2008. 106 f. (Dissertação de mestrado). Belém, Universidade Federal do Pará (UFPA), 2008.

BRASIL. Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 24 jul. de 2006

BRITO, L. M. P. et al. Gestão do conhecimento numa instituição pública de assistência técnica e extensão rural do Nordeste do Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1341-1366, 2012.

CAPORAL, F. R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. 1991. 134 f. (Dissertação de mestrado). Santa Maria/RS, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 1991.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER. In: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea** 2017.

FERREIRA, A. P. L. Agricultoras do Pajeú: feminismo e agroecologia no semiárido brasileiro. **Revista Pegada**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 244-262, 2016.

FLORES, A.W. et al. **Gestão Rural**. Porto Alegre: Ed. dos autores, 2006.

FONSECA, M. H. **Gestão de custos na agricultura familiar na cidade de Ponta Grossa**. 2018. 86 f. (Dissertação de mestrado). Ponta Grossa/PR, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2018.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. In.: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

GUERRA, L. D. S. et al. Food: a disputed human right – a thematic focus for comprehension and action in food and nutritional security. **Revista Ciência e saúde**. Campina Grande, v. 24, n. 9, p. 3369-3394. 2019.

GURA, A. **Gestão de custos: práticas utilizadas em propriedades rurais familiares**. 2018. 106 f. (Dissertação de mestrado). Ponta Grossa/PR, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2018.

HEREDIA, B. M. A. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA**, São Paulo, v. 9, n. 8 p. 1-28, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores:** estatísticas de produção pecuária. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.ibje.org.br/pdf>>.

MANTELLI, J. O setor agrário da região noroeste do Rio Grande do Sul. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 21, n.41, p.87-105, 2006.

MAYER, C. E.; WERLANG, N. B. Administração de propriedades rurais: um estudo acerca do processo de tomada de decisão. **Revista de Agronegócio**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 1-20, 2017.

OLIVEIRA, G. R. et al. A importância da assistência técnica e extensão rural (ATER) e do crédito rural para a agricultura familiar em Goiás. **Revista Boletim Goiano de Geografia**, Goiás, v. 37, n. 3, p. 529-551, 2017.

PEIXOTO, M. Extensão Rural no Brasil - **Uma Abordagem Histórica da Legislação**. Consultoria Legislativa do Senado Federal, Brasília de 2008. Disponível: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>>. Acessado em: 30 jul. de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO – RS. Disponível em: <<http://www.camponovo.rs.gov.br/municipio/>>.

MANTELLI, J. O setor agrário da região noroeste do Rio Grande do Sul. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 41, p. 87-105, 2006.

RATHMANN, R. et al. Diversificação produtiva e as possibilidades de desenvolvimento: um estudo da fruticultura na região da Campanha no RS. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 325-354, 2008.

RIBEIRO, A.L.P. et al. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, Cruz Alta, v. 1, n. 01, p. 36-49, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Lei 14.245 de 29 de maio de 2013. *Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Rio Grande do Sul - PEATERS - Institui o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social no Estado do Rio Grande do Sul - PROATERS -, cria o Fundo Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social no Estado do Rio Grande do Sul - FUNDATERS -, cria o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Sustentável - CEDRS -, e altera a Lei 10.716, de 16 de janeiro de 1996. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 31 maio de 2013.*

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 53052 DE 02/06/2016. Institui o Programa de Gestão Sustentável da Agricultura Familiar, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 03 de junho de 2016.*

SANTOS, G.J. et al. **Administração de custos na agropecuária**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2002. Acesso em: 05 set. 2019.

SILVA de JESUS, A. S. S.; OMMATI, J. E. M. Segurança alimentar e revolução verde: questionamentos atuais acerca da luta contra a fome no plano internacional. **Revista do Direito Público**, Londrina, v. 12, n. 3, p. 191-215, 2017.

SILVA, R. A. G. **Administração Rural: teoria e prática**. Curitiba: Juruá, 2009.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TRENTIN, I. C. L. **Cidadania nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Socioeconômicos do Rio Grande do Sul/Brasil**. In: XI Congresso Nacional de Sociologia 2014, 2014, Medellín. Ponencias XI Congreso Nacional de Sociología 2014. Medellín: UdeA, 2014. v.01.

TRENTIN, I. C. L. Agroecologia e Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul. In: **Investig. Geogr. Chile**, Vol. 49, p. 99-115, 2015.

TRENTIN, I. C. L.; TORREJON, E. **Agroecologia e Desenvolvimento Vale do Rio Uruguai, Rio Grande do Sul, Brasil**. In: IX CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL 2014, 2014, Ciudad de México. Anais do IX CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL 2014. Ciudad de México: Alasru, 2014.

VORPAGEL, A. C. M. et al. **Gestão de custos em pequenas propriedades rurais: Um estudo aplicado no município de Marechal Cândido Rondon – PR.** In: XXII Congresso Brasileiro de Custos – Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 2015.

Recebido em: 19 de Fevereiro de 2020.

Aceito em: 17 de Agosto de 2020.